

## **O LIVRO DIDÁTICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

*Luciana da Silva Almeida* (UENF)  
[lucy.salmeida@gmail.com](mailto:lucy.salmeida@gmail.com)

*Rysian Lohse Monteiro* (UENF)  
[rysian\\_lohse@hotmail.com](mailto:rysian_lohse@hotmail.com)

*Tatiane Almeida de Souza* (UENF)  
[tatianealmeidauenf@gmail.com](mailto:tatianealmeidauenf@gmail.com)

*João Batista da Silva Santos* (UENF)  
[joaosanto.92@gmail.com](mailto:joaosanto.92@gmail.com)

*Géssica Pereira Monteiro Rangel* (UENF)  
[gessica.gigi@gmail.com](mailto:gessica.gigi@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)  
[elianaff@gmail.com](mailto:elianaff@gmail.com)

### **RESUMO**

Considerada uma das fases de mais profunda importância na vida escolar, à alfabetização exerce um papel fundamental para o exercício da cidadania. Aprender a ler e escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir na construção e manutenção da cultura. Nessa perspectiva, uma das principais funções da escola é de preparar cidadãos para um mundo letrado, para lidar com diferentes tipos de textos e contextos de interação linguística. Portanto, investigar todas as questões que envolvem esse processo, torna-se cada dia mais fundamental para que haja investimentos e melhorias nessa etapa do ensino. O livro didático, por sua vez, tornou-se ao longo do tempo, se não o principal, um dos principais aportes do professor para elaborar e preparar suas aulas. Portanto, investigar-lo é importante para compreender quais as concepções de alfabetização e letramento tem predominado nas classes de alfabetização. Estão na base teórica desse trabalho, Luiz Carlos Cagliari (1998), Paulo Freire (1994; 1996; 2001), Sonia Kramer (1999) e Magda Soares (1986), entre outros. Acreditamos que além de discutir a formação do professor e os métodos por ele utilizado, analisar e investigar as concepções apresentadas e disseminadas pelos livros didáticos, também se faz importante para melhorias nesse processo.

**Palavras-chave:** Livro didático. Alfabetização e letramento. Leitura e escrita.

## **1. Introdução**

De acordo com Mauro Carlos Romanatto (2009), o processo de implementação do Livro Didático acompanhou o processo de democratização do ensino. Se antes era papel do professor preparar e escolher os conteúdos e metodologias a serem trabalhados, a partir da democratização do ensino e do amplo acesso das diversas classes sociais a escola, quem passa a determinar os conteúdos e metodologias de ensino são os materiais didáticos.

Esse material passou a fazer parte do contexto escolar em 1996, quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, cujo objetivo se firma em subsidiar o trabalho docente com a distribuição de livros didáticos para os alunos da educação básica, bem como para os alunos das turmas de alfabetização.

Daí em diante, os livros didáticos são considerados elementos fundamentais nas salas de aula. Os planejamentos e atividades são realizados de acordo com os conteúdos trazidos pelos livros, muitas vezes, sem uma prévia seleção ou análise para averiguar se o conteúdo está realmente adequado às classes que o irão receber.

Considerado instrumento, muitas vezes fundamental, de apoio ao trabalho dos professores, o livro didático trás em sua gênese uma perspectiva de precursor da cultura escolar, bem como dos conteúdos e currículos aceitos por um sistema de ensino.

Nessa perspectiva, escolher e utilizar um certo material, implica em escolher e propagar conceitos e ideologias sociais, culturais e políticas, aceitos e veiculados de maneira explícita, ou não pelos gestores governamentais.

Esse material passou a fazer parte do contexto escolar em 1996, quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, cujo objetivo se firma em subsidiar o trabalho docente com a distribuição de livros didáticos para os alunos da educação básica, bem como para os alunos das turmas de alfabetização.

Daí em diante, os livros didáticos são considerados elementos fundamentais nas salas de aula. Os planejamentos e atividades são realizados de acordo com os conteúdos trazidos pelos livros, muitas vezes, sem uma prévia seleção ou análise para averiguar se o conteúdo está re-

almente adequado às classes que o irão receber.

Entretanto, as coleções que chegam até as escolas, passam antes por seleções e avaliações por parte dos governos que buscam avaliar quais obras, bem como, quais conteúdos e currículos devem ser propagados nas escolas.

Há que se pensar no seguinte, no que tange os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Materna*, bem como o *Guia* do livro didático, ambos apontam para um ensino e escolha de materiais que abranjam a diversidade cultural, que não estigmatizem as diferenças como erros a serem corrigidos.

Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho firma-se em analisar duas obras didáticas utilizadas no Município de Campos dos Goytacazes, RJ, buscando conhecer o tratamento dado à questão da variação linguística nesses materiais.

O primeiro material que analisamos é utilizado instituição particular do município, o *Porta de Papel – Alfabetização*, assinado pela editora FTD. O segundo material é utilizado na rede municipal de ensino, também da editora FTD intitulado *O Novo Girassol – Saberes e Fazeres do Campo*. Ambos os materiais são de turmas de alfabetização.

A escolha por materiais de alfabetização deu-se por que este é considerado um momento crucial, no que tange o desenvolvimento da linguagem como fonte de cultura, e de acordo com as orientações trazidas pelo MEC e pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, ao final desse ciclo, há de se desenvolver nos estudantes capacidade de refletir criticamente sobre a língua, em suas variadas formas de uso, sem, no entanto, estigmatizar qualquer que seja a forma em que ela se apresente.

Nesse sentido, procuramos resposta para a seguinte questão: como a questão da variação linguística é tratada e abordada nos livros didáticos? Para responder essa questão, seguiremos o roteiro de análise de material didático sugerido por Marcos Bagno (2007), na obra: *Nada na Língua É por Acaso: por uma Pedagogia da Variação Linguística*.

No decorrer da pesquisa buscaremos salientar questões que comprovem, ou não, nossa hipótese, de que os materiais didáticos, bem como os professores precisam adequar sua metodologia para que possam alcançar as propostas de uma educação linguística mais efetiva.

## **2. Alfabetização em questão**

Reconhecer a função social da escrita e de determinados textos, formar leitores críticos e escritores criativos. Esses são alguns dos principais objetivos propostos pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais*, para a alfabetização.

Entretanto, se observarmos alguns instrumentos de que o governo se vale para avaliar o desenvolvimento da escolarização básica da rede pública, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, especialmente o do Município de Campos (RJ). E os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, realizada nos anos de 2013 e 2014, perceberemos que esses objetivos não têm sido alcançados.

Na tentativa de amenizar essa dura realidade de fracasso escolar, e fracasso em alfabetizar nas nossas escolas públicas, em 2012 foi criado o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

Encarado como um desafio, o Pacto se propõe a implementar estratégias para que todas as crianças, ao final do terceiro ano do ensino fundamental, aos 8 anos, possam estar alfabetizadas plenamente.

É importante salientar que partimos da concepção de alfabetização plena defendida por Magda Soares (1998). Para a autora, alfabetizar plenamente implica em alfabetizar letrando, ou seja, dar condições para que as atividades de ler e escrever extrapolem os muros escolares, contextualizando as práticas de leitura e escrita com práticas sociais.

Nessa mesma linha, e complementando a ideia apresentada por Magda Soares, Paulo Freire (2001) apresenta a alfabetização como meio para se alcançar a cidadania. Nesse sentido, aprender a ler deve abranger mais do que a decodificação da palavra, mas a compreensão do mundo através da leitura da palavra.

De acordo com o PNAIC “o ciclo de alfabetização deve garantir a inserção da criança na cultura escolar, bem como a aprendizagem da leitura e da escrita e a ampliação de seu universo de referências culturais, nas diferentes áreas do conhecimento”. (PNAIC, 2012)

Uma das metas traçadas pelo pacto prevê que todas as crianças deveriam estar ao final do 3º ano, aos oito anos de idade, alfabetizadas, com competências para interpretar textos e resolver problemas matemáticos.

A principal meta da avaliação, firmado pelo INEP, é de apontar indicativos sobre o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, analisando o desempenho dos alunos, e apontando possíveis estratégias para solucionar as lacunas ainda existentes.

Entretanto, alguns especialistas alertam sobre as baixas notas obtidas nas avaliações.

Ao considerarmos o quantitativo de alunos que não possuem um aproveitamento necessário para prosseguir para as séries seguintes, podemos concluir que as metodologias que vem sendo utilizadas, deixam, cada vez mais, de ser eficaz. E que as estratégias utilizadas e firmadas pelo PNAIC, não estão perto de serem alcançadas.

Essa dura realidade nos leva a reflexão de que não basta apenas traçar objetivos e metas para o desenvolvimento e melhoria da educação, se essas metas não envolvem a formação continuada e capacitação profissional dos que gerenciam esse processo.

Entendemos, portanto que, conhecer as práticas do professor alfabetizador, bem como as metodologias de que se vale e os saberes construídos em sua prática pedagógica são essenciais para investir e pensar uma formação continuada.

Além disso, fortalecer o diálogo entre Universidade e Escola é fundamental para uma construção de conhecimento significativa e contextualizada.

### **3. *Livro didático: sua importância e influência na aprendizagem***

A escola desempenha um importante papel na sociedade, é um espaço sociocultural com indivíduos de diferentes grupos sociais, com instrumentos e métodos para a construção do saber. Uma de suas ferramentas mais eficaz no processo de formação é o livro didático.

No Brasil, o livro didático entrou como pauta do governo no ano de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Seu objetivo era “examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para a tradução e sugerir abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos não existentes no país”. (COSTA, 1989, p.13)

No decorrer dos anos, vários questionamentos rondaram o livro

didático, como por exemplo: seus conceitos estão corretos? São adequados? Diante disso, muitos acordos, legislações e programas foram criados para responder tais questionamentos.

Várias mudanças ocorreram até chegar ao atual mecanismo jurídico que regulamenta o livro didático, que é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este programa, de acordo com Freitas & Rodrigues (2007):

tem como foco o ensino fundamental público e as classes de alfabetização infantil, assegurando os seguintes direitos: gratuidade dos livros para os alunos, escolha dos livros a serem usados pelos professores, reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, distribuição gratuita para as escolas públicas e aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção dos livros, visando maior durabilidade (p.4).

Ao longo dos anos, o livro didático foi se tornando uma ferramenta indispensável nas escolas para o auxílio dos professores. Entretanto, há que se salientar que *o livro deve ser considerado um material de apoio*, assim como diz o Ministério de Educação e Cultura – MEC (2003) “um material de apoio didático de qualidade faz grande diferença no processo de ensino-aprendizagem” (p. 9).

Maria Cristina Paternostro Stella de Azevedo (2004), porém, destaca que:

O livro didático passa a ser o único instrumento pedagógico que o professor utiliza em suas aulas, tornando-se difícil exigir deste a utilização daquele como material de apoio. O risco que se corre com essa situação é o professor compreender a obra didática como um manual de instrução do qual não se pode discordar, muito menos tecer certas críticas em relação ao conteúdo (p. 6).

Uma das alternativas para essa problemática é o reconhecimento de certas limitações que o livro didático apresenta, como por exemplo, simplificar alguns temas e tratar com superficialidade alguns conteúdos. Ele deve ser um material realmente de apoio, sendo o professor capaz de fazer críticas pertinentes à obra didática, desde que essa crítica tenha embasamento.

Sabe-se que o livro didático é utilizado nas escolas e, na maioria das vezes, é o único material utilizado na construção de conhecimentos. Esse é de grande influência para a construção e formação de identidade dos alunos, pois é embutido de conceitos, conteúdos e ideologia que formam opinião. O livro didático consiste, também, em um instrumento para as atividades escolares, sendo o professor o seu mediador.

De acordo com Ana Célia da Silva (2005):

Em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor. O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma imagem simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais. (p. 23)

Prevalendo-se nos dias atuais, o livro didático influencia o cotidiano da sala de aula e do trabalho pedagógico, por ele ser uma das principais fontes de consulta utilizadas pelos alunos e professores. A partir disso, “é fundamental dispor de um livro didático diversificado e flexível, sensível à variação das formas de organização escolar e dos projetos pedagógicos”. (MEC, 2003, p. 10)

Cabe ressaltar que o livro didático não apresenta como objetivo determinar o que o professor deve ou não fazer em sua prática pedagógica. Entretanto, Maria Cristina Paternostro Stella de Azevedo (2004) afirma que “uma das práticas mais recorrentes que são encontradas na sala de aula é o professor se utilizar do livro didático como se ele suprisse toda a necessidade que o processo de ensino e aprendizagem requer”. (AZEVEDO, 2004, p. 12)

O perigo dessa relação exclusiva que alguns docentes criam em relação ao saber apresentado pelo material didático está sinalizado quando os materiais não são escolhidos pelos próprios docentes. Quando essa escolha é feita pelos governantes e/ou secretarias de educação, sem considerar na entando, as realidades de cada comunidade escolar.

Quando isso acontece, as obras escolhidas geralmente trazem uma ideologia cultural, que é de interesse político que seja apreendida e mantida na formação dos cidadãos.

Em suma, várias questões rondam essa temática, mas o que é indiscutível é a necessidade de o professor possuir uma formação sólida, capaz de desconstruir qualquer tipo de imagens estereotipadas, conceitos incoerentes e conteúdos irrelevantes, buscando refletir criticamente sempre, sobre os conteúdos e as obras que lhes são “impostas” para o exercício de seus ofícios.

#### **4. Considerações finais**

É inegável entre os profissionais da educação que a alfabetização é uma das fases de mais profunda importância na vida escolar. Paulo Freire (2001) sintetiza essa importância ao definir esse processo como um elemento fundamental para o exercício da cidadania.

Aprender a ler e escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir na construção e manutenção da cultura.

Para o professor, o livro didático é o principal instrumento utilizado no exercício do magistério, quando não o único. Por esse motivo ressaltamos a importância de materiais que atendam as especificidades propostas pelo PNLD.

Aliás, o Programa Nacional do Livro Didático trouxe para nós grandes avanços. Criou-se um sistema para avaliar as obras que vão para as escolas, além de orientar as secretarias de educação, as coordenações escolares e os professores, da importância de escolher materiais que estejam adequados a comunidade escolar.

A grande questão que constatamos durante a pesquisa é que, na maioria das vezes o professor não faz parte do processo de seleção das obras que irão utilizar com seus alunos. Essa é uma questão que muito dificulta o processo de obras adequadas.

Nesse caso, cabe ao professor pesquisar e preparar um material que sirva de apoio para suas aulas. No que tange ao tratamento da variação linguística, muitas vezes se o professor não se aprofundar no assunto para levar novas abordagens aos alunos, esse será sempre um conteúdo trabalhado de forma limitadora e, porque não, preconceituosa.

Outra questão que levantamos é que os professores, muitas vezes não tratam da questão das variações por não possuírem uma formação acadêmica que possibilite um trabalho inovador.

Por isso, ressaltamos a necessidade de uma formação docente continuada, que esteja sempre atenta aos novos paradigmas educacionais que surgem em meio a uma sociedade que vive em constante evolução.

Escolhemos a turma de alfabetização, pois acreditamos na importância como um primeiro passo para a formação de sujeitos letrados e cidadãos conscientes. Para Paulo Freire (2001) alfabetizar é dar o direito ao



exercício da cidadania. Entretanto, esse direito a cidadania é muitas vezes lesado, quando a cultura que o aluno traz é estigmatizada, quando sua linguagem é desprestigiada e sofre preconceito.

Nesse sentido, vemos que muito avançamos, mas, ainda há muito a avançar.

As considerações que fizemos nesse trabalho não se finda aqui. Existem ainda muitas questões a ser levantadas e diagnosticadas para a melhoria do ensino oferecido nas nossas escolas.

A grande questão quer constatamos durante a pesquisa é que, na maioria das vezes o professor não faz parte do processo de seleção das obras que irão utilizar com seus alunos. Essa é uma questão que muito dificulta o processo de obras adequadas.

Nesse caso, cabe ao professor pesquisar e preparar um material que sirva de apoio para suas aulas. No que tange ao tratamento da variação linguística, muitas vezes se o professor não se aprofundar no assunto para levar novas abordagens aos alunos, esse será sempre um conteúdo trabalhado de forma limitadora e, porque não, preconceituosa.

Outra questão que levantamos é que os professores, muitas vezes não tratam da questão das variações por não possuírem uma formação acadêmica que possibilite um trabalho inovador.

Por isso, ressaltamos a necessidade de uma formação docente continuada, que esteja sempre atenta aos novos paradigmas educacionais que surgem em meio a uma sociedade que vive em constante evolução.

Escolhemos a turma de alfabetização, pois acreditamos na importância como um primeiro passo para a formação de sujeitos letrados e cidadãos conscientes. Para Paulo Freire (2001) alfabetizar é dar o direito ao exercício da cidadania. Entretanto, esse direito a cidadania é muitas vezes lesado, quando a cultura que o aluno traz é estigmatizada, quando sua linguagem é desprestigiada e sofre preconceito.

Nesse sentido, vemos que muito avançamos, mas, ainda há muito a avançar.

As considerações que fizemos nesse trabalho não se finda aqui. Existem ainda muitas questões a ser levantadas e diagnosticadas para a melhoria do ensino oferecido nas nossas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Cristina Paternostro Stella de. Ensino por investigação: problematizando as atividades em sala de aula. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Org.). *Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p. 19-33.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAJARD, Élie. *Caminhos da escrita: espaços da aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1989.

CALIL, Eduardo. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina: Edel, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trilhas da escrita: autoria, leitura e ensino*. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KRAMER, Sonia. Leitura e escrita de professores em suas histórias de vida e formação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 106, p. 129-157, 1999. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/175.pdf>>.

LUQUETTI, Eliana Crispim França; CASTELANO, Karine Lobo; CRISÓSTOMO, Monique Teixeira. A educação linguística na formação do professor: uma reflexão necessária. In: MOURA, Sérgio Arruda de; NASCIMENTO, Giovane do. (Orgs.) *Formação de professores: histórias, experiências e proposições*. Campos dos Goytacazes: Essentia,

2013.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático in superando o racismo na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática 1989.

\_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática. 1996.